

CAPITANIA DO MARANHÃO:
A PERCEPÇÃO DA NATUREZA PARA O HOMEM DO SÉCULO XVIII E AS
PRÁTICAS CIENTÍFICAS DE PORTUGAL

Alessandra Cristina Costa **Monteiro**¹

1. Homem e Natureza no Império Português.

Natureza. Em sua definição mais ampla “indica o conjunto das coisas que existem, particularmente, os princípios constitutivos essenciais” (Kettle, 2010: 12). Para Duarte (2005), o termo natureza é uma criação cultural, e, portanto, humana. Robert Lenoble (1990: 67- 72) considera que, apesar da natureza ter conservado seu aspecto físico ao longo tempo, o homem tem percebido essa mesma natureza de diferentes maneiras, cada observação fruto do seu tempo. Neste sentido, é a “cultura que cria e inventa essa ideia”. Trata-se, assim, de um processo dinâmico dos seres humanos que transforma-se ao longo do tempo.

Desse modo, das Grandes Navegações no século XVI, até a consolidação do pensamento ilustrado em Portugal no século XVIII, foram construídas, paulatinamente, novas perspectivas sobre a compreensão da natureza. Contudo, é a partir do setecentos, no período que se convencionou chamar século das Luzes², que constatamos uma preocupação maior do Estado e da sociedade com o mundo natural e a racionalização dos processos exploratório deste.

A partir desse século a ciência na Europa será símbolo da racionalidade, do progresso material e do conhecimento utilitário (Costa Júnior, 2016: 17). Camargo (2005: 557) acredita que a “Europa demonstrou no século XVIII um grande interesse pela natureza porque viu nela possibilidades e condições para atender as necessidades concretas da população em termos econômicos, políticos e sociais”. Isso significa que o Iluminismo “operou a transformação do homem de um mundo idealizado para outro

¹ Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

² “O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual do séc. XVIII, que tinha por características a emancipação do homem das concepções medievais predominantes nas práticas religiosas, sobretudo as católicas. Esse período histórico, também denominado [...] “século das luzes”, ilustração, *Aufklärung*, afirmava a Razão como elemento norteador do progresso e do bem-estar como projeto de vida, de mundo do homem europeu ocidental” (Calloni, 2006: 11).

desencantado pela razão, o processo de racionalização das potências míticas da natureza que desembocaria em uma racionalidade científica” (Carvalho Júnior, 2005: 14).

Com isso, a Europa proporcionou uma investida mundial de Viagens Filosóficas percorrendo os mais recônditos entrepostos coloniais das metrópoles imperialistas. As práticas de recolher, observar, preparar e remeter os produtos de História Natural foram essenciais para o projeto centralizador de criação de um museu metropolitano com espécimes de todas as regiões coloniais (Pataca, 2011: 137). Nesse contexto, Portugal participou intensamente desse processo despachando diversas expedições científicas para as suas colônias na África e na América. Com isso, “o mundo natural passou a ser observado, coletado e classificado por uma ciência própria, a Filosofia Natural” (Guimarães, 2007: 68).

A Coroa portuguesa fomentou a troca de espécies animais e vegetais entre as partes conhecidas do mundo. Deste modo, o presente trabalho tem por objeto discutir, a partir da relação administrativa entre Martinho de Melo e Castro (Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar entre os anos de 1770 a 1795) e os governadores da Capitania do Maranhão, a política lusitana de exploração racional da natureza - a fauna, flora e os recursos minerais.

A documentação nos mostra que as práticas de coleta e envio de produtos naturais eram de responsabilidade dos próprios governantes locais que recebiam a tarefa de enviar espécies naturais para as Quintas Reais e para o Museu da Ajuda em Lisboa. Entretanto, outras pessoas também empenhavam-se no estudo da Filosofia Natural, como é o caso de Manuel Antônio Leitão Bandeira³ que após a posse do seu sucessor, João Francisco Leal, achando-se livre das fadigas da vida pública, revolve trabalhar por algum tempo na História Natural do País. Para tanto, afirma que “se V. Ex.^a me considerar útil, mostrarei, que sou” (AHU- MA, Cx. 76, d. 6511). Nesse sentido,

o material que, na segunda metade do Setecentos, veio enriquecer as coleções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da rainha ou da Academia das Ciências não foi apenas o recolhido durante as viagens científicas ao reino ou às colônias. [...] Foram, também, as remessas enviadas pelo vice-rei do Brasil, d. Luís de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais de Minas Gerais, Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro ou, ainda, por Francisco da Cunha de Meneses, governador da Índia, e d. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, durante o período em que administrou

³ Manuel Antônio Leitão Bandeira, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi nomeado em 1784 Ouvidor-Geral da Capitania do Maranhão exercendo também os cargos de Corregedor e Provedor da Comarca do Maranhão.

Angola, e por tantos outros que se interessaram pelas produções naturais e curiosidades científicas nos diferentes pontos do Império (Domingues, 2001: 826).

Nesse sentido, a pesquisa tem importância para os estudos que estão sendo realizados acerca da natureza e ciência no período setecentista. Portanto, o mundo natural e a ciência da segunda metade do século XVIII é o objeto central desta pesquisa.

Ao analisar essa documentação, nota-se o interesse de realizar nestas regiões uma política voltada para a natureza e ciência. Isso fica evidente nos assuntos tratados nos documentos oficiais que falam do envio de ervas medicinais, remessa animais e minerais, assim como o incentivo a novas pesquisas e a concessão de bolsas para os estudantes em Lisboa.

Portanto, busca-se analisar as fontes documentais produzidas ao longo do século XVIII que contêm informações sobre o mundo natural da Capitania do Maranhão. O objetivo é compreender de que forma a fauna e a flora do Norte da América Lusitana foi observada, descrita, catalogada e inserida (ou não) dentro dos paradigmas filosófico-naturais do período Iluminista, e de que maneira tais observações podem ter influenciado a construção de saberes acerca do Mundo Natural.

1.2 A natureza e as práticas científicas de Portugal.

A historiografia de maneira geral tem destacado que o século XVIII foi o período da Filosofia Natural. Portugal e suas colônias não ficaram à margem desse processo. Desse modo, os estudos sobre a História Natural nos territórios do Reino e do Ultramar são importantes pois marcam a adesão do Império português ao discurso científico da época.

Nesse século, a História Natural como uma ciência vai incorporar novas perspectivas sobre o domínio da natureza pelo homem (Guimarães, 2007: 72). Esse novo campo de investigação propunha uma busca pela verdade na própria natureza rompendo com o saber baseado nos princípios cristãos e nos filósofos da antiguidade. A Filosofia Natural baseava-se em objetos passíveis de observação, mensuração e classificação. Com isso, foi necessário ver, “ao invés de ler; verificar, ao invés de comentar” (Verran, 2006: 17). Deparamo-nos, pois, com uma ciência fundamentada na razão, na experimentação e observação da natureza.

O interesse pelo mundo natural ganhou força no setecentos, fato potencializado pela ampla circulação de textos impressos e pela criação de diversas instituições de divulgação, como as academias de ciências, jardins botânicos, periódicos e coleções particulares além dos gabinetes de História Natural (Conceição, 2015: 02). Nas palavras de Prestes (1997: 12) “as três últimas décadas do século XVIII representaram uma tentativa de se iniciar o desenvolvimento das ciências modernas no Império Português, à custa de investigações em todos os seus domínios, incluindo-se estas terras americanas”.

De modo geral, a História Natural ou Filosofia Natural “baseava-se em um amplo levantamento dos produtos naturais dos reinos vegetal, animal e mineral, com a finalidade de descobrir novas espécies e contribuir para o desenvolvimento científico” do país (Figueirôa; Silva; Pataca, 2004: 717).

De modo particular, a reforma universitária promovida em 1772 pelo Marquês de Pombal, marca o esforço da Coroa pelo desenvolvimento científico de Portugal, que contou com a alteração dos Estatutos da Universidade de Coimbra, criando as Faculdades de Matemática e de Filosofia Natural, além de prever a criação de um Jardim Botânico e de um Gabinete de História Natural.

Essas reformas tinham o objetivo de alterar as estruturas econômicas em Portugal, fomentando o conhecimento da natureza, as atividades manufatureiras, o comércio com as colônias e entre as mesmas, bem como as atividades produtivas no Ultramar, além de desenvolver as ciências e a educação (Villalta, 1999: 411). Com isso, ganha sentido as classificações do mundo natural, das sociedades não-europeias, a geografia das plantas e animais, a diversidade das formas de vida nos vários continentes, entre outros aspectos que marcaram o interesse científico pela natureza e pelo meio físico (Martinez, 2006: 46- 47).

Nessa perspectiva, sob a influência do Iluminismo e com as mudanças introduzidas durante a administração do Marquês de Pombal, a Coroa portuguesa renovaria seu interesse em suas possessões ultramarinas e nos seus produtos naturais, desenvolvendo esforços para melhor conhecê-los e utilizá-los. Entre outros aspectos, tais mudanças instigavam os governadores das colônias portuguesas a enviar produtos naturais para várias instituições do Reino (Falcon, 1982).

Thomas Hankins (2010), estabelece Razão e Natureza como duas palavras essenciais para compreender as transformações científicas do período ilustrado. Isso porque, para este autor, estava na relação entre a razão e a natureza a compreensão do

funcionamento do universo e a criação de novos paradigmas que pudessem trazer luz aos mais variados campos do saber.

Isso significa que o Iluminismo “operou a transformação do homem de um mundo idealizado para outro desencantado pela razão, o processo de racionalização das potências míticas da natureza que desembocaria em uma racionalidade científica” (Carvalho Junior, 2005: 14). Com isso, a administração imperial sob influência do Iluminismo valorizou explicações pragmáticas e racionais para a natureza e sociedade.

Conforme Verran (2006: 49), “a ideia de domínio da natureza através da ciência deu ao homem a certeza de que poderia planejar seu futuro, utilizando racionalmente os recursos que a natureza oferece seria possível criar um futuro em que os problemas da humanidade estariam resolvidos. É a ideia de progresso”. Acreditava-se no conhecimento científico e no progresso técnico para controle sobre a natureza em favor do homem.

Já Raymond Williams (1989: 67 e 72 apud KETTLE, 2010: 13) considera essa percepção pragmática, encontrada nos catálogos e inventários sobre o mundo natural setecentista, inclinada a racionalidade, uma atitude resultante do acúmulo de interpretações do homem sobre a natureza, “uma fabricação humana possuidora de sua historicidade”. Tal como mostra Camargo (2005: 578), passamos “de uma natureza divina, mãe generosa ou misteriosa, terrível, exótica, deslumbrante, estática, à uma Natureza progressivamente desmistificada, racional, mecânica, utilitária, dinâmica, conquistada”.

Segundo Yuri Simoni (2009: 03) com o desenvolvimento científico no período moderno, a floresta antes vista como um lugar de temor, agora é um local que deveria ser usado e moldado conforme as necessidades dos homens. Não é à toa que, no Iluminismo, a vitória do homem sobre a natureza aparece como um dos temas centrais. Nessa perspectiva, terminologias como “posse”, “conquista” e “domínio”, passam a ser constantes.

Simoni (2009: 03) acredita que o antropocentrismo e a observação empírica do período setecentista ajudavam a criar um “pensamento no qual os animais e as plantas foram criados por Deus para o uso e conveniência humana”. A razão deveria ser empregada para transformá-la em benefício dos homens (Souza, 2011: 07). Neste cenário, a fauna e a flora deixam de ser simplesmente criaturas de Deus para se

transformarem em produtos naturais, alterando também as relações entre homem e o seu mundo natural (Heynemann, 1999: 97- 117).

Nesse sentido, “o domínio da natureza era a condição necessária para a emancipação humana” (Verran, 2006: 146). Conhecê-la significava dominar e fazê-la útil ao reino. Trata-se de um período em que natureza e ciência ocupavam lugar privilegiado na cultura europeia para favorecimento do ser humano. Desse modo, por trás deste aspecto existia uma ideologia utilitarista, característica do ideal fisiocrata e iluminista.

Verran (2006: 112) afirma que “[...] há, nas explorações do século XVIII, dois objetivos: um, de satisfazer o gosto enciclopédico de classificação e de elaboração de inventários e de taxonomias; outro, de procurar plantas novas para a aculturação, visando objetivos econômicos e utilitaristas”.

O trabalho feito por Conceição (2015: 02) também demonstra que uma das consequências marcantes deste grande interesse pela História Natural no século XVIII foi a concepção de que era necessária a investigação sistemática, tanto das áreas ainda desconhecidas do globo, quanto das colônias já estabelecidas e em processo de expansão. Tudo era passível de observação, experimentação, catalogação, descrição, classificação, e por fim, análise quanto aos usos, fossem eles ligados à ciência ou à economia.

Na opinião de Camargo, trata-se de

um colecionismo eclético que acompanhou um crescimento progressivo do interesse pelos objetos da Natureza. Que caminhou ao lado da crescente especialização das ciências naturais, fornecendo-lhe subsídios e chegou ao final do período não mais como prática somente privada, mas alargada e institucionalizada através do "naturalismo econômico" numa ação conjunta entre Estado e Ciência (Camargo, 2005: 557).

Estas atividades eram concretizadas por uma equipe maior, além dos naturalistas, existiam geólogos, cartógrafos e riscadores (desenhistas que estariam aptos para descrever a natureza em ilustrações). Os espécimes deveriam ser acondicionados e classificados, e os desenhos seriam enviados para Lisboa ou Coimbra. Relatórios mensais deveriam ser confeccionados relatando as atividades realizadas na expedição (Carvalho Júnior, 2011: 56).

Ermelinda Moutinho Pataca dedicou parte de suas pesquisas investigando a história das viagens científicas luso-brasileiras empreendidas durante a administração de

Martinho de Melo e Castro em outros espaços coloniais, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia e África⁴. Tal mapeamento das expedições científicas portuguesas despachadas para as diversas colônias do Império lusitano, entre 1755 a 1808, levou a compreensão de que os produtos naturais que enriqueceram as coleções da Quinta de Belém, do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da rainha ou da Academia das Ciências não foram apenas os recolhidos durante as viagens científicas.

No processo de coleta, preparação e descrição das espécies participavam ainda moradores e colonos, altas patentes militares e soldados, funcionários eclesiásticos, degredados, os vice-reis e governadores das capitanias. Além disso, a colaboração de ameríndios, africanos e asiáticos, que melhor conheciam a fauna e a flora da região em que habitavam, foi fundamental neste processo (Domingues, 2001: 806).

Nelson Papavero, Dante Teixeira e Argus de Almeida (2014: 08) ao descrever as remessas feitas entre os anos de 1754 e 1805 de animais brasileiros enviados para Portugal pelos Governadores de Pernambuco, além de mostrarem Recife como palco de inusitados espetáculos – navios carregados de animais africanos ali faziam escala, de volta a Portugal. Revelam ainda que remetiam-se também para o Reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terra e sementes; remetiam-se caixotes com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre, antimônio e bismuto ou, simplesmente, pedras.

2. Coletar, preparar e remeter: as práticas científicas no Maranhão setecentista.

“Como a vontade que tenho de ser útil a este Estado, e a minha Nação, não permite que eu deixe de procurar por todos os caminhos, o que lhe poder ser proveitoso” (AHU-MA, Cx. 47, d. 5689).

⁴ Ver: PATACA, E.M. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777- 1808). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 125- 138, 2011. PATACA, E.M; PINHEIRO, R. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan- jun. 2005, pp. 58- 79. PATACA, Ermelinda Moutinho. Terra, água e ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808). Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

O fragmento da carta mostra o entusiasmo do governador do Maranhão, José Teles da Silva, consciente da necessidade de investir no conhecimento do mundo natural das colônias. Como veremos, trata-se de um momento em que a relação do homem com a natureza, envolvido na exploração das colônias, não era mais a do Renascimento.

Nesse contexto, as correspondências trocadas entre as autoridades do Maranhão e a Coroa portuguesa evidenciam o esforço no fomento às investigações em História Natural na região, como também nos relevam que as práticas de coleta e envio de produtos naturais eram de responsabilidade também dos próprios governantes locais que recebiam a tarefa de enviar espécies naturais para as Quintas Reais e para o Museu da Ajuda em Lisboa.

Entretanto, outras pessoas também empenhavam-se no estudo da Filosofia Natural, como é o caso de Manuel Antônio Leitão Bandeira que após a posse do seu sucessor, João Francisco Leal, achando-se livre das fadigas da vida pública, revolve trabalhar por algum tempo na História Natural do País. Para tanto, afirma que “se V. Ex.^a me considerar útil, mostrarei, que sou” (AHU- MA, Cx. 76, d. 6511).

É recorrente nestas Cartas a afirmação por parte dos governadores sobre as ordens que recebem da Coroa para remeter os produtos de História Natural. Este é o caso de Joaquim de Melo e Povóas que manda das terras do Maranhão em 1774 (AHU- MA, Cx. 47, d. 4619) “[...] duas Gayollas huma com huma Seriema e a outra com huma Rapoza”; mostrando assim que não esquece da recomendação de “V. Ex.^a para mandar Aves e Bichos para as Quintas de S. Mag^e.”, ainda que não como deseja, “mas fim como me he possível”.

As remessas desta região se destinavam principalmente para a “casa dos bichos” (AHU- MA, Cx. 47 d. 4619) e para os “Jardins Botânicos de Sua Magestade” (AHU- MA, Caixa 55, d. 5195). Merece destaque a variedade de espécies que são enviadas embora a quantidade de marrecas seja a maior: urubus, lobos, porcos do mato, viados, cutias, marrecas, pacas, antas, mutuns, pombas, onças, quatis, papagaios, araras, raposas, guaxinis, gavião, etc. Além da diversidade de outros recursos naturais, como plantas, cascos de tartarugas, amostras de madeiras, folha de tacaco, entre outros.

Em 1773, Joaquim de Melo e Póvoas ressalta os seus esforços e se queixa sobre os pássaros remetidos para a Corte, pois, apesar de adquirir muitos, “amayor parte delles tem aqui morrido, e o peor hê que doz mais ezpeciaes. Entretanto, conserva “hum

q' [...] parese estar ezcapo, e pela sua grandeza, e lealdade serâ estimável” (AHU- MA, cx. 47, doc. 4589). Algumas épocas do ano, porém, não eram favoráveis para o envio dos animais, por isso, prefere não remetê-lo “agora com os maiz, q' tenho por me segurarem, q' neste tempo poucoz chegão a esta Corte, de q' farei Noz Navioz, q' sahierem de Março por diante” (AHU- MA, cx. 47, doc. 4589).

Em carta de 29 de dezembro do mesmo ano, Joaquim Póvoas fala do pedido da Coroa para que se enviem pica- flores, granadeiros, antas e tamanduar; porém, Póvoas afirma que granadeiros não se conhecem nesta região, e supõe serem picapaus por “terem uma popa emcarnada mui bonita de que já remetti hum que nao chegou” (AHU- MA, Cx. 47, d. 4594). O governador prossegue falando do seu esforço em adquirir com maior eficácia “destas, e das mais qualidades, que se poderem descobrir”. Contudo, é constante as queixas relacionadas ao modo de alimentação dos animais o que dificultava unicamente o modo de se sustentarem como os “Picaflores que só comem das mesmas flores, que por isso tem este nome, e outros muitos que aqui há, q' So Comem Pacovas ou bichinhos”.

Já no ano de 1774 o governador informa a Coroa sobre o envio de “duas Onças huma maior e Outra mais pequena [...], hum Guaxini, doiz Mutuns, e onze Marrecas” (AHU- MA, Cx. 48, d. 4660) para as Quintas reais. Contudo, ainda nesta data Povóas lamenta a morte da onça maior que “hindo-se passar [...] para a Gayolla mais bem acondicionada, morreo de raivosa ferrando os dentes em hum pao” (AHU- MA, Caixa 48, doc. 4661).

Em junho deste mesmo ano, Póvoas mais uma vez mostra-se preocupado em adquirir pássaros para as Quintas reais, mas revela seu “disabor de ver morrer os mais especiais, e as Antas que têm vindo da Parnayba” (AHU- Maranhão, Cx. 47, d. 4640). Desse modo, entrega ao Capitão José de Oliveira Bulhões apenas sete mutuns, cinco inambus, quatro marrecas e duas araras. Revela também que os inambus são os perdizes desta terra e estima que estes cheguem vivos e se multipliquem no Reino “por ser estimável cassa”.

O interesse de Póvoas continua nos anos que se seguem e “guardando para o melhor tempo a remessa dos Bichos e Aves” (AHU- Maranhão, Cx. 48, d. 4734), envia a maior quantidade de animais em abril de 1775 onde foram remetidos o total de 39 animais por “parecer a Estação mais própria para que aly cheguem os ditos Bichos, e Aves”. No ano seguinte, o governador envia através da corveta Nossa Senhora da

Oliveira mais alguns animais, entre eles constam três “Papagayos mt^o especiais” (AHU-MA, Cx. 50, d. 4881).

Já em 1777 Póvoas podendo aqui adquirir poucos bichos e aves foram enviados apenas um viado, dois porcos do mato, uma cotia e três mutuns (AHU- MA, Cx. 51, d. 4940). O último registro de remessa feito por ele é datado em fevereiro de 1778 quando o então governador entrega ao capitão Feliciano dos Santos uma onça com destino a Casa dos Bichos (AHU- MA, Cx. 52, d. 5005).

Vemos assim que grande parte das correspondências falam da morte dos animais e da grande dificuldade de remetê-los para a Europa, alguns por conta da raridade, como é o caso de “huma Ave de rapina chamada aqui Orubutinga, a que outros dão o nome Orubû Rei [...] porque he hum passaro raro ediculttozo de apanhar” (AHU- MA, Cx. 67, d. 5842), outros por causa da morte dos bichos durante as viagens algumas vezes associada aos maus tratos e negligencias dos que tratam dos animais. Desse modo, algumas espécies apesar de apreciadas encontravam dificuldades em relação a seu transporte até Lisboa. Assim, não são raras as vezes que os governadores reclamam da morte desses animais.

Creya-me V.Ex.^a que tenho adquerido muitos; e que com grande desprazer meu tenho visto morrer os melhores; e Sempre hirey continuando na mesma dilligencia, remetendo todos os que poder alcançar Pássaros, inda que Sem esperança de poder adquirir Picaflores, tanto pela sua raridade, como pela impossibilidade de sua sustentação (AHU- MA, Cx. 47, d. 4615).

Além disso, mal se conhecia o comportamento e os hábitos alimentares da maioria das espécies e também suas reações ao cativeiro durante a viagem marítima, resultando em muitas tentativas infrutíferas com a morte de vários animais, vitimados pela fome e frio entre outros fatores.

Em 1780, o governador do Estado do Maranhão, D. Antônio de Sales e Noronha, também escreve para Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que tem para remeter para a Corte pássaros e animais, e a experiência que se deve fazer com a semente do linho cânhamo: “fico certo no que V. Ex.^a. meordena [...] sobre a remessa que devo fazer de Pássaros e animais quadrupedes de toda aqualidade, agrandeza; e sobre a experiência que V. Ex.^a. ordena se faça com a semente do linho cânhamo, que fica em meu poder” (AHU-MA, Cx. 56, d. 5224). Um ano mais tarde, atendendo tais

ordens, envia pela Galera de Santo Antônio de Lisboa, duas Antas e um Gavião Real (AHU- MA, Cx. 57, d. 5306).

Havia nas correspondências a preocupação dos governadores em mostrar seus esforços para atender as ordens da Coroa. Isso fica evidente ao se destacar certas qualidades dos animais capturados como sendo os mais especiais, formosos, agradáveis, etc., mostrando o interesse dos governadores em fazer a “melhor remessa dos [...] Pássaros” (AHU- MA, Cx. 47, d. 4563). Neste sentido, D. Antônio de Sales e Noronha, em fevereiro de 1783, destaca o envio de “hum Macaco branco, que foi apanhado nas Margens do Rio Gurupin, pertencente à Capitania do Pará, [...] huma espece singular, e que se encontra mais raraz vezes” (AHU- MA, Cx. 59, d. 5449).

Do mesmo modo, José Teles da Silva, em ofício (AHU – MA, Cx. 67, d. 5842) a Martinho de Melo e Castro, em 1786, informa o embarque de um casal de onças “da melhor especie e da qualidade mais feroz [...], apanhadas ainda bebendo leite”. Ainda no mesmo ano, faz o envio de “huma Onça pequena, huma ave de Rapina chamada aqui Orubutinga, a que outros dão o nome de Orubu Rei, [...] um passáro aqui mesmo raro, e dificultoso de apanhar”.

Em carta de 06 de Abril de 1788 (AHU- MA, Cx. 71, d. 6149), Fernando de Noronha fala das “Ordens instrutivas” que teve “a honra de receber de V. Ex.^{am}” e informa sobre o envio de uma “Ave denominada urubu Real, dando as prevençoeis para que se possa chegar a esta forte [...], levando o mesmo tres caxotes com Sete plantas [...], igualmente recomendadas para que V. Ex.^a Veja algum que resista a mudança do clima”.

Da mesma forma, dois anos mais tarde, D. Antônio de Sales e Noronha manda para a Lisboa um lobo que havia chegado junto com a escravatura da Guiné enviado pelo governador de Bissau e três barris com alteiras “uma planta deste Paíz, que produz hum fruto exelente no gosto, e são para os Jardins Botânicos de S. Mag.^{de}” (AHU- MA, Cx. 55, d. 5195).

Com menos frequência aparecem as madeiras como possível fonte de renda. Neste caso, os paus de arco para varais são algumas vezes solicitados pela Coroa portuguesa como ocorre em 26 de Abril de 1775 (AHU- MA, Cx. 48, d. 4733), em que ordena que “mande na primeira Occazião Paos de Arco que bastem para doze partes de Varaes”. Entretanto, Joaquim de Melo Póvoas adverte que “hé preciso escolhelo de

sorte, que não tenha nó” e sob essa condição “os mandey tirar, e hiraio pelo primeiro Navio que vier”.

Ainda neste mesmo ano o governador embarca os Paos de Arco [...], (AHU-MA, Cx. 49, d. 4815) que constam do conhecimento junto; os quaes mandey primeiro examinar por um bom Carpinteiro, q’ me segurou serem excellentes e sem nó algum”. No documento analisado encontramos também a preocupação com o transporte e armazenamento da madeira que deu-se “debaixo de cuberta, enxuto, e bem acondicionadoz”.

A exploração das árvores para a construção naval, também esteve entre as preocupações dos governadores. Em carta endereçada a Martinho de Melo e Castro no ano de 1780, D. Antônio de Sales e Noronha fala da ordem que recebeu para remeter amostras de madeiras para o Arsenal Real do Exército e cumprindo estas ordens encomendou as amostras das madeiras e assim que forem levando fará remessas delas e “cada huma das dittas amostras levará o seu nome marcado ao forro (AHU- MA, Cx. 56, d. 5225). Neste mesmo ano, “em virtude do aviso de V. Ex.^a, o governador faz embarcar “vinte toros de madeira de diferentes qualidades” (AHU- MA, Cx. 56, d. 5247), acompanhados do “tamanho dos ditos toros, e os nomes que aqui tem as ditas madeiras”.

Em 1786 José Teles da Silva (AHU- MA, Cx. 67, d. 5902) fala de árvores encontradas na região dos rios Mearim e Peria das quais se extraem “excellentes madeiras [...] não só de construção, mais para as diferentes obras de Marceneiros, em que podem fazer um ramo de comercio[...]”. Contudo, o governador queixa-se das práticas dos lavradores que levam a “imensa perda de preciosas madeiras; que todos os annoz se queimão nos Rossadoz”. Silva lamenta tal “perda, que hé muito considerável” e acha necessário que não se “pode deixar de sentir e ao mesmo tempo de merecer alguma atenção” para tal prática.

Póvoas ao tratar sobre o cultivo do arroz e de outras especiarias esclarece que “o único modo que aqui há de se cultivar a Terra he rossarem-lhe o mato, e este estando Seco, Botar-lhe fogo; senão tem havido chuvas, e queima bem, fica a terra bem preparada [...]” (AHU – MA, Cx. 45, d. 4398).

Nessas circunstâncias, José Teles da Silva acredita que se neles se constituir mais um ramo do comércio desta Colônia para o Seu Reyno, oz lavradores não haviam de desprezar os beloz paoz, que indiferentemente vem queimar, e oz pouparão,

livrando-oz destes estragos [...] pois ainda que nas Cartas de Sesmarias, oz Paoz Reais são reservados para Sua Magestade; esta reserva não está em tanto rigor [...]” (AHU – MA, Cx. 45, d. 4398).

Outros tipos de madeiras eram enviados para serem empregadas na tinturaria, como o pao d’ Espinho, próprio para “Tinturarês por Se extrahir dela uma bela Côr amarella” (AHU- MA, Cx. 67, d. 5880). Além dessa, da madeira sassafrás também se retirava “huma exelente Côr amarela, fica, e muito Viva”. Do mesmo modo, do chamado pau de candeia, se extraia a mesma cor, “da igual bondade da outra”. Conforme José Teles da Silva, “daqui (do Maranhão) se pode mandar grande quantidade destas, assim como da outra, por Ser muita a Sua produção nesta Ilha” e “as piquenas experiências que aqui se tem feito, e que repetida e nas Fabricas desse Reyno mostrarão mais [...] as utilidades, que se podem tirar delas”.

Em setembro de 1786, José Teles da Silva informa que nas terras banhadas pelos rios Mearim e o Peria “os imensos arvoredos, que cobrem este vasto terreno, e as exelentes madeiras, que podem fornecer estas árvores” (AHU – MA, Cx. 67, d. 5902), tem chamado a sua atenção. Já em carta datada de 1799 Dom Diogo de Sousa informa que não há “matas continuas depois de construção, mas que nas margens do Rio Mearim, Grajaú e Parnaíba, onde ainda abitão os gentios” (AHU- MA, Cx. 102, d. 8265). Para Costa o fato de alguns documentos indicarem a inexistência de florestas contínuas com árvores de madeira para a construção podem ser indícios da falta de conservação das matas (Costa, 2016: 46).

Vale ressaltar que, se um lado se enfatiza o potencial econômico das madeiras nativas, por outro, discussões e práticas relativas a preservação dessas matas foram também delineadas neste período. Com isso, a Coroa buscará algumas medidas para a conservação das florestas, como a “ordem de não derrubarem os moradores paus-reais” (AHU- MA, Cx. 102, d. 8265), “protegendo os pés de pau-brasil, para evitar sua ruína e destruição” (Duarte, 2005: 69). Para Horta (2005: 69), com esta medida Portugal desejava simplesmente restringir o uso da árvore para o benefício do Império português, por isso, a motivação deste ato não pode ser vista como uma política preservacionista. Isso nos mostra que esses homens tinham concepções diferentes em relação à natureza que temos hoje.

O extrativismo mineral também despertava o interesse da Coroa Portuguesa. Nesta perspectiva, o salitre como o principal insumo para a produção da pólvora,

tornou-se essencial à manutenção da soberania nacional portuguesa na Europa e nas colônias (Pereira, 2014). Entretanto, a documentação analisada não nos permitiu encontrar registros de remessas feitas desse produto no recorte temporal estabelecido. Contudo, há informações do minério encontrado nos sertões do Maranhão, como na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual o governador do Estado Dom Fernando Antônio de Noronha manda amostras de quina, da folha do tabaco, de casulos da seda silvestre e quantidades do minério em um caixote com “hûa lata com hûa amostra do salitre” (AHU- MA, Cx. 100, d. 8078).

2.1 Reino Vegetal e a Agricultura.

Cuidando em adiantar e augmentar a Agricultura deste Estado, antigo, que me foi tão particularmente recomendado por V. Ex.^a e fazendo todo o possível para que a produção do Cânhamo produzisse o fim desejado, [...], espero consegui os meus intentos e introduzir nesta colônia a cultivação desta planta [...] (AHU- MA, Cx. 63, d. 5665).

O fragmento da carta ilustra bem a preocupação colonial com o incentivo a agricultura. Dessa maneira, o reino vegetal também esteve entre as preocupações da Coroa portuguesa que buscava desenvolver a agricultura do Estado por meio da transplantação e cultivo das espécies. Conforme já apontamos, a agricultura era vista como uma saída considerada economicamente eficiente para as pretensões da Coroa. Com isso, algumas plantas ganhariam destaque, como o anil, o cânhamo e o tabaco.

Nesse contexto, Manuel Antonio Leitão Bandeira, ao tratar em carta remetida para Martinho de Melo e Castro sobre a orictologia e mineralogia da América e as riquezas do reino vegetal e animal existentes nesta capitania, descreve no Maranhão como um lugar excelente para a cultura do anil e do tabaco. Conforme Bandeira, dirigindo-se a sua cultura e industria a dar lhe succo e fermentação, exederia muito o da Virgínia” (AHU- MA, Cx. 63, d. 5665).

Em setembro de 1780, D. Antônio de Sales e Noronha fala das ordens que recebeu para fazer a experiência com a semente do linho cânhamo e para isso se compromete a buscar pessoas “curiozas e inteligentes da planta do dito linho, para ver se com effeyto se introduz nesta Capitania a sua importante cultura” (AHU- MA, Cx. 56, d. 5224).

Neste mesmo ano, atendendo tais ordens, Noronha apresenta a Martinho de Melo e Castro a relação das pessoas para as quais distribuiu a semente de linho de cânhamo e a quantidade distribuída. Assim, dá a cada pessoa uma quarta da semente para fazerem as experiências e recomenda que busquem terras úmidas para esta sementeira. Conforme o governador, “inda resta uma grande porção da mesma Semente” (AHU- Maranhão, Cx. 56, d. 5233), que espera distribuir por outras pessoas que achar com “curiozidade, e capacidade e se empregarem com zello na introdução desta Planta que [...] se consegui não deixará de ser de grande importância” para a economia do Estado.

Quatro anos mais tarde, o sucessor de Noronha, José Teles da Silva queixa-se da sua experiência mal sucedida com a plantação do Cânhamo. Nesta ocasião, remete apenas um pouco da planta colhida em uma de suas plantações. Contudo, “animado das esperanças [...] pertendia mandar-lhe huma mayor quantidade” (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689), como prova de que suas experiências iam tendo bom sucesso. Conforme Silva,

estou quase porém desenganado de conseguir o que intentava. Isso porque segurando-me huma das pessoas em que tinha mayor confiança, que todas as suas diligências foram nesta parte muitas, e que na plantação a que fizera com todo o cuidado, e trabalho nada colheira (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689).

Para o governador, o insucesso com o cultivo desta planta estava atrelado ao terreno ou ao clima infrutíferos desta região. Entretanto, José Teles da Silva tendo vontade de ser útil ao Estado do Maranhão e a sua nação, descobre uma planta semelhante a Malva – planta da qual as nações do Norte e principalmente os burgueses se serviam das cordagens. Da referida planta envia “hum bocado de corda jovem breada [...], e dois molhos emcapados da mesma planta preparada, que ou misturada com o canhamo” (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689) seria útil a fábrica de Cordaria.

Silva remete para a Corte amostras para fazer as experiências necessárias, pois havendo aqui uma grande quantidade desta planta e se for de bom uso, podendo plantar ainda mais, “de alguma sorte recompensará a falta do Canhamo, visto que este Pais não he favoravel a sua produçãam” (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689). Entretanto, apesar do Maranhão não se mostrar propício a seu cultivo, o governador revela que mantém ainda, por suas próprias custas, dois homens que trouxe do Reino empregados na cultura do cânhamo, a fim de “lhe ter hum total, e ultimo dezengano [...]”.

O governador José Teles da Silva manda ainda “hum caixotinho com humas tranças da mesma planta” (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689), e de outra que, segundo ele, a natureza produz aqui em grande quantidade e que os naturais da terra chamam de Crauã. Nestas circunstâncias, fazendo as experiências necessárias será possível saber se esta planta também “toma tam o breu, assim como a da chamada Malva”.

Nos anos que se seguem, Silva continua mostrando-se interessado em “adiantar e augmentar a Agricultura deste Estado” (AHU- MA, Cx. 64, d. 5689). Para tanto, faz ainda o possível para que a plantação do Cânhamo produzisse o fim desejado.

De todas as experiências, que tenho feito nesta plantação, a de que remeto a amostra, foi a mais bem sucedida apezar de haver perdido a semente, talvez por effeito do [...] calor do clima, razão porque as pessoas que se tem encarregado desta sementeira, e que me dão boas esperanças do sucesso [...] me dizem que a semente deve ser semeada logo, que aqui chegar, isto la no fim das agoas que daqui lá pelo São João (AHU - MA, Cx. 64, d. 5689).

Em outro documento datado de 1784, José Teles da Silva (AHU- MA, Cx. 63, d. 5645) volta a informar a Coroa o fato de não ter logrado todo o efeito esperado das tentativas que fez com a plantação do cânhamo. O governador lamenta que nenhuma das plantas chegaram a altura que devia “pois logo aos dois palmos se entrea [...] pelas muitas chuvas”. Entretanto, Silva faz referência a uma de suas plantações localizadas na Ribeira do Itapecuru, local onde o terreno mostrou-se propício para plantação, de onde pegou uma pequena amostra para remeter.

José Teles revela seus esforços para que se mande também desta capitania a Cochonilha (erva da qual insetos do mesmo nome se alimentam e dos quais se extrai uma tintura). Conforme Silva, embora já tenha descoberto esta planta em alguns sítios, é possível cultivar o que a natureza não puder produzir. Contudo, o governador alerta que para um bom resultado é necessário que os administradores animem os cultivadores.

O meo Naturalista já anda por fora e espero pello q. elle me tem mand.^o dizer q. a sua viagem não seja inutil [...], e a mt.^a curiosidad.^e; pois me aviza de ter alguns productos desconheci.^{os} deste Estado, que daria passos m.^{to} mais avançados se não fosse a natural perguiça desta gente (AHU- MA, Cx. 63, d. 5645).

O anil também aparece como um produto possivelmente rentável ao Império português. Entretanto, o governador José Teles (AHU- MA, Cx. 63, d. 5665) queixa-se que apesar das experiências com sua plantação não faz o envio deste produto “por não

terem sahido capazes as proporções”. Apesar disto, mostra-se interessado em introduzir nesta colônia o cultivo do anil, “para a qual o terreno hé muito próprio, porque a natureza por si mesmo sem cultura o produz em grande quantidade”.

Já em fevereiro de 1786, Silva fala dos seus esforços investidos desta vez na cultura do cauã, do qual mandou plantar um grande rossado, além de dar ordens aos demais lavradores para também plantarem em suas roças de modo que possam satisfazer as ordens da Coroa. Neste momento, o governador remete apenas um pouco do Cauã, uma porção que conseguiu naquela estação que, conforme ele, não era própria para essa planta, havendo naquela época somente o cauã que os índios plantavam e colhiam para as suas precisões (AHU- MA, Cx. 67, d. 5842).

Era de interesse ainda, a cultura do tabaco, que preparado como imitação ao produzido na Virgínia – estado norte-americano – poderia ser fabricado sem grandes custos. Nessas circunstâncias, em março de 1784, Silva faz a remessa de um caixote de tabado, porém, não estando no tempo da colheita deste gênero, não foi possível remeter o melhor como o da Virgínia, “mas somente do modo porque aqui o costumão preparar” (AHU- MA, Cx. 61, d. 5584).

Meses mais tarde, agora satisfeito com os resultados, José Teles tem o gosto de remeter uma amostra de tabaco, segundo ele, do melhor, “preparado do modo porque o Dicionário Inglês das Artes e Ciências diz que se prepara o da Virgínia” (AHU- MA, d. 5566). Fazendo algumas observações sobre esta planta, o governador conclui que o “terreno desta Ilha hé muito proprio para a sua plantação”, além de mencionar a variedade do tabaco encontrado: “cinco especes de folha, daz quaes a melhor hé a que agora remeto a V.Ex.^ª”.

Dom Fernando Antonio de Noronha ao remeter uma amostra de tabaco para a Corte em agosto de 1778, na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, diz acreditar que dando-lhe um melhor método de cultura esta folha imitaria o da Virgínia, julgando-lhe superior a toda que tem visto na nossa America (AHU- MA, d. 5566).

Considerações Finais

Com a introdução da História Natural na capitania do Maranhão a apropriação da natureza vai emergir enquanto principal fator de projeção científica e econômica. Ao fornecer informações que beneficiavam a atividade agrícola e o comércio, as descrições possibilitaram o conhecimento de novos produtos e fontes de matéria-prima que serviriam para o desenvolvimento do comércio e da ciência. Tratava-se de conhecer, classificar e dominar o território e suas potencialidades estreitando os laços entre Portugal e seus domínios.

O incentivo a pesquisa sobre o mundo natural era baseado numa filosofia naturalista-utilitarista, isto é, a preocupação da administração lusitana era uma política que aliasse o conhecimento da natureza a ganhos econômicos. Nesse contexto, não restam dúvidas que a integração do Estado ao projeto de uma História Natural intensificou a exploração da sua natureza.

Ademais, embora vistas frequentemente sob a ótica econômica e política, as correspondências analisadas mostraram-se extremamente ricas na medida em que possibilitaram extrair também a visão acerca da exploração da natureza do Maranhão colonial. Contudo, esses documentos apesar de fornecerem indícios destas práticas, não nos permitem falar com segurança e sem anacronismos dos efeitos da intervenção do homem sobre o ambiente, uma vez que estes são mais perceptíveis na longa duração.

É certo que este momento o europeu se encantava com a exuberante flora e fauna trazida das terras do Novo Mundo e em que multiplicavam-se os herbários, jardins e coleções de espécimes, tanto oficiais quanto privados. Também é ali que se começa a sentir os danos que o homem é capaz de causar na natureza (Prestes, 1997: 15).

Para Prestes (1997: 15), nos primeiros tempos da colonização não encontramos nas descrições uma preocupação com a natureza tomada em si. Segundo esta autora, “não é a natureza que está ameaçada mas a sua prestação de benefícios ao homem”. Prestes acredita assim, que o definidor das relações homem-natureza foi um utilitarismo antropocêntrico que perdurou por todo renascimento.

A ânsia pela apropriação e exploração da natureza desencadeou, nas palavras de Souza (2011), uma conduta perdulária e utilitária frente ao recursos do ambiente natural que se não teve seus efeitos imediatos, acabou funcionando como legitimadora da devastação que assistimos atualmente.

Referências

1) Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Maranhão – Avulsos)

CARTA de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a orictologia e mineralogia da América e riquezas dos reinos vegetal e animal existentes na capitania. AHU, Maranhão, Cx. 76, d. 6511. (10/09/1790).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter uma planta semelhante à malva, e uma outra chamada de cramá (carma). AHU, Maranhão, Cx. 64, d. 5689. (28/10/1784).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de aves e bichos para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 47, d. 4619. (26/04/1774).

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa, para a Corte, de um lobo enviado pelo governador de Bissau e de três barris de alteiras. AHU, Maranhão, Caixa 55, d. 5195. (05/05/1780).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pássaros remetidos para a Corte. AHU, Maranhão, Caixa 47, doc. 4589. (27/09/1773).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pássaros remetidos para a Corte. AHU, Maranhão, Caixa 47, doc. 4589. (27/09/1773).

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a aquisição de pássaros para enviar para a Corte. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4594. (29/12/1773).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de bichos e aves para as quintas reais. Anexo: 1 cópia. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4660. (20/09/1774).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar a morte da onça grande que ia ser enviada para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 48, doc. 4661. (20/09/1774).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro a informar que continuam as diligências para adquirir pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4640. (08/06/1774).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma remessa de bichos e aves. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4734. (26/04/1775).

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de alguns animais para as quintas reais, pela corveta Nossa Senhora da Oliveira. AHU, Maranhão, Cx. 50, d. 4881. (03/05/1776).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar bichos e pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 51, d. 4940. (22/04/1777).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo um pouco de caácuã, uma onça e uma ave de rapina (urubutinga). AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5842.

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter relação dos pássaros enviados para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4615. (12/03/1774).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de um urubu real e de várias plantas tropicais para Lisboa. AHU, Maranhão, Caixa 71, d. 6149. (06/04/1788).

OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pau de arcos para os varais. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4733. (26/04/1775).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o embarque de paus de arco para varais, no navio São Luís. AHU, Maranhão, Cx. 49, d. 4815. (20/10/1775).

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem que tem para remeter amostras de madeira ao Arsenal Real do Exército. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5225. (09/09/1780).

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo a relação das amostras de madeira embarcadas

na galera Nossa Senhora dos Prazeres e Providência. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5247. (24/11/1780).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a relação que remete das melhores madeiras que existem no estado do Maranhão para a construção naval. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5902. (08/09/1786).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de madeira para tinturaria, sassafrás e pau de candeia. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5880. (11/06/1786).

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. AHU, Maranhão, cx. 102, d. 8265. (06/03/1799).

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando Antonio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. AHU, Maranhão, Cx. 100, d. 8078. (23/08/1798).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, referente à cultura do cânhamo, de que envia uma amostra. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5665. (13/09/1784).

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo uma relação das pessoas pelas quais se distribuiu semente de linho de cânhamo e mencionando a respectiva quantidade distribuída. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5233. (25/09/1780).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o início da obra da comunicação da ilha de São Luís do Maranhão com o continente, e sobre a produção de anil, cânhamo e cochonilha. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5645. (17/07/1784).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e do Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar um caixote de tabaco. AHU, Maranhão, Cx. 61, d. 5584. (07/03/1784).

2) Bibliografia

ALMEIDA, Argus. V; PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante. T. *Animais enviados para Portugal, entre 1754 e 1805, pelos governadores da capitania de Pernambuco*. Arquivos do NEHILP, São Paulo, v. 2, pp. 1-72, 2014.

CAMARGO, Téa. *Colecionismo, Ciência e Império*. In: CEDOP – IV Jornada Setecentista, pp. 576-587, 2005, p. 557. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vi-jornada-setecentista-2005>>. Acesso em: 05/01/2017.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina. *Estudos de Filosofia Natural: O olhar europeu sobre a fauna e a flora do Novo Mundo ao longo do século XVIII*. In: IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Porto, 2015.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. *UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2016.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza. Belo Horizonte: Autentica*, 2005.

FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo, Ática, 1982.

FIGUEIRÔA, Silvia. F. de M; SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das “*Viagens Filosóficas*” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004.

GUIMARÃES, Natally Nobre. O homem que viajava: o caráter dos homens que empreitaram a aventura científica do Século das luzes a partir da experiência Portuguesa. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. História Natural na América Portuguesa- 2º metade do século XVIII, *Vária História*, Belo Horizonte, n. 20, p. 97- 117, 1999.

KETTLE, Wesley Oliveira. *UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO (OU LANDI, ESSE CONHECIDO): Um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão- Pará*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 503.

PATACA, Ermelinda M. *Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808)*. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2011.

_____. *Terra, água e ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX*. Topoi (Rio J.) vol.15, n. 29, Rio de Janeiro Jul/Dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200498. Acesso em: 01/12/2016.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 12.

SIMONI, Yuri. *O natural não natural: a concepção de criação da Natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX)*. In. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. *Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

THOMAS, Hankins. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação ao homem e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERRAN, Rossana Samarini. *Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 49.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 411.

Recebido 01/07/2019

Aprovado 24/07/2019

168